







# Novartis BioCiências S.A.

CNPJ nº 56.994.502/0001-30

## ...continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18. Benefícios a empregados: (a) Plano de pensão (conforme legislação local):** A Companhia é patrocinadora da Previ Novartis ("Previ"), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos colaboradores da Companhia e de outros que venham a participar dos planos por ela administrados. A Companhia é patrocinadora da Previ em dois diferentes planos de benefícios. **(i) Plano A - CNBP nº 18.970.018-55:** Plano de contribuição variável, com componente de risco (benefício de renda - BR) vinculo à renda vitalícia na aposentadoria e invalidez e morte. O plano encontra-se em extinção desde 26 de fevereiro de 2020, portanto fechado para novas adesões, continua mantido apenas para os participantes assistidos e para alguns adiantados, em caráter residual. **(ii) Plano D - CNBP nº 20.020.0001-74:** Contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, **(iii) Tabua de Mortalidade Geral:** AT - 2000 Basic, segregada por sexo, suavizada em 100%. • Tabua de Mortalidade Geral: AT - 2000 Basic, segregada por sexo, suavizada em 100%. • Tabua de Mortalidade de Invalidez: RRR - 1983. **Plano D:** • Tabua de Mortalidade de Invalidez: RRR - 1983. **Plano D:** • Tabua de Mortalidade de Invalidez: RRR - 1983. **(v) Forma dos benefícios:** • Renda vitalícia (Plano A) • Rendimentos financeiros - Percentual fixo - Percentual fixo - Valor determinado. **(vi) Utilização do fundo de reversão:** Desde 2008, a Companhia utiliza recursos do fundo de reversão para abatimento de contribuições do Plano A e, quando disponíveis no Plano D, apurados anualmente pelo Plano D. Custeio e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. O fundo de reversão, por exigência regulamentar, é constituído pelas parcelas dos saldos de conta não utilizadas no cálculo dos benefícios e em institutos e pode ser utilizado conforme deliberação do Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não existiam déficits a serem cobertos pelas patrocinadoras.

	2021	2020
Ativos registrados no balanço patrimonial com Plano A	7.421	8.139
Plano D	1.387	898
	<b>8.808</b>	<b>9.037</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A é como segue:

	2021	2020
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>6.138</b>	<b>6.743</b>
Receita reconhecida no período	2.337	6.887
Contribuições do empregador	(1.879)	(1.888)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(1.175)	(403)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>7.421</b>	<b>8.139</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano D é como segue:

	2021	2020
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>898</b>	<b>2.047</b>
Receita (Despesa) reconhecida no resultado do período	70	150
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(419)	(1.299)
	<b>1.387</b>	<b>898</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado dos ativos do Plano A e D são como segue:

	2021	2020
Movimentação do ativo do Plano A	458	(1.201)
Movimentação do ativo do Plano D	70	150
Total incluído em Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 23)	528	(1.051)

**(b) Plano Médico:** A Companhia mantém um plano de saúde privado para empregados ativos bem como os dependentes legais sem que haja pagamento fixo mensal, além disso, há duas opções para o pós-emprego, a primeira são de eleger a extensão do seguro de acordo com a legislação e a segunda são os funcionários aposentados pela Previ Novartis (Plano de Pensão) que optam por permanecer no seguro saúde Novartis por tempo indeterminado desde que arque com a mensalidade equivalente ao prêmio mensal devida às apólices Novartis. O reajuste desse valor acompanha a negociação contratual do principal provedor. A movimentação no valor justo dos passivos é como segue:

	2021	2020
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>167.077</b>	<b>125.616</b>
Receita (despesa) reconhecida no resultado do período (760)	1.407	1.056
Pagamentos diretos	(4.901)	(4.011)
Cisão	—	(3.933)
Remunerações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	16.917	39.338
	<b>178.333</b>	<b>167.077</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2021	2020
Custo dos serviços correntes	282	(853)
Pagamentos Diretos	4.901	4.011
Perda financeira líquida	(9.740)	(9.064)
Total incluído em Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 25)	(5.661)	(6.006)

**(i) Hipóteses financeiras:** Taxa real anual de juros - 5,12%. • Taxa de desconto - 8,54%. • Inflação média - 3,45% decrescendo para 4,28% em 11 anos. **(ii) Hipóteses biométricas:** Tabua de mortalidade geral: AT - 2000 Basic, segregada por sexo, suavizada em 100%. • Tabua de mortalidade de Invalidez: Railroad Retirement Board - 1983. • Tabua de entrada de invalidez: Light-Traca para o Plano A e Light-Traca para o Plano D. • Tabua de rotatividade: Tabua de experiência dos planos A e D de Previ Novartis. • Percentual de casados na aposentadoria: 95%. • Diferença de idade dos cônjuges: mortal de 4 anos mais nova. • Take-up: 50%. • Aging Factor: 3,5%. **(iii) Análise de sensibilidade:** A sensibilidade da obrigação de benefício definida às mudanças nas principais premissas consideradas é a seguinte:

Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	
Taxa de desconto	0,25%	(3,08%)	3,24%
Taxa de aumento de salário	0,25%	Não aplicável	Não aplicável
Expectativa de vida	Um ano	4,41%	—

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa em relação a que mantidas constantes todas as outras premissas. Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

**19. Patrimônio líquido: (a) Capital integralizado:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 507.106 representado por 689.266.588 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 0,735719.

Ativo	% do Valor	Valor
Novartis Pharma AG	99,99%	689.266.586
Novartis Holding AG	0,01%	2
Total	<b>100,00%</b>	<b>689.266.588</b>

**(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuizo e aumentar o capital. O valor de reserva legal constituído em 2021 foi de R\$ 11.787, 3 (c) **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros de 2021, foi constituída sobre o saldo remanescente do lucro líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021, após absorção de prejuizo, no valor de R\$ 30.939, 3 (d) **Dividendos propostos:** O estado social estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre os lucros ajustados, e após a constituição da reserva legal. O valor de dividendos mínimos obrigatórios propostos para 2021 foi de R\$ 513.

	2021	2020
Prejuizo acumulados	(222.221)	—
Abatimento de prejuizo pela reserva de lucros	29.512	—
Lucro líquido do exercício	235.748	—
Constituição da reserva legal (5%)	(11.787)	—
Base de cálculo dos dividendos	31.262	—
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	(313)	—

**(e) Ajuste de avaliação patrimonial:** Os montantes registrados na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, refere-se às atualizações de valores de ativos e passivos dos planos de pensão e plano médico em decorrência de sua avaliação ao valor justo. Os cálculos atuariais são baseados em premissas de eventos futuros: financeiras/financeiras, expectativas de vida e experiências demográficas. As premissas atuariais e métodos empregados no desenvolvimento do custo de benefício definido foram selecionados pela Novartis e são imparciais e mutuamente compatíveis conforme estabelecido no CPC 33.

**20. Receita:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
<b>Receita da venda de produtos e serviços</b>		
Mercado interno	6.567.387	5.944.193
Mercado externo	60.715	45.527
	<b>6.628.102</b>	<b>5.989.740</b>

	2021	2020
Deduções da receita bruta	(516.959)	(422.542)
Impostos sobre vendas	(40.866)	(45.954)
Devoluções sobre vendas	(2.627.300)	(2.276.457)
Descontos sobre vendas	(9.185.129)	(7.144.953)
	<b>(3.442.972)</b>	<b>(3.244.787)</b>

**21. Custo dos produtos vendidos**

	2021	2020
Compras de insumos	(2.085.450)	(2.240.553)
Custo de pessoal	(37.461)	(38.877)
Manutenção e reparos	(11.520)	(11.082)
Depreciação ativo de direito uso (Nota 12)	(299)	(299)
Depreciação e amortização	(8.182)	(8.182)
Serviços prestados pessoa jurídica	(99.249)	(113.780)
Outros custos	(8.688)	(10.270)
Custo dos produtos vendidos	<b>(2.242.412)</b>	<b>(2.423.143)</b>

**22. Despesas com vendas**

	2021	2020
Despesas de pessoal	(309.381)	(288.503)
Honorários, consultorias e assessorias	(10.623)	(8.212)
Gastos com viagens	(13.736)	(13.013)
Gastos com transportes	(39.050)	(45.978)
Despesas promocionais	(71.889)	(69.691)
Despesas operacionais diversas	(59.919)	(51.342)
	<b>(563.598)</b>	<b>(476.739)</b>

**23. Despesas gerais e administrativas**

	2021	2020
Despesas com depreciação/amortização	(12.095)	(10.915)
Depreciação ativo de direito uso (Nota 12)	(714)	(593)
Despesas de pessoal	(187.233)	(185.344)
Honorários, consultorias e assessorias	(127.191)	(126.212)
Gastos com materiais para uso e consumo	(39.550)	(11.332)
Gastos com viagens	(14.431)	(10.465)
Despesas operacionais diversas	(27.619)	(42.588)
	<b>(397.833)</b>	<b>(388.409)</b>

Renato Garcia Carvalho - Presidente

**24. Impairment do ativo imobilizado:** Em 16 de dezembro de 2021, a Novartis firmou um acordo vinculativo com partes interessadas para alienação dos ativos imobilizados dedicados a unidade de Butantã em São Paulo, Brasil. A transação está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, tem previsão de ser concluída em um prazo de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do acordo.

	2020
Valor contábil (Nota 13)	69.663
Valor justo (Nota 4)	(20.000)
	<b>49.663</b>

Em 2021 não foram registrados impairment do ativo imobilizado. A apresentação acima, é aplicável apenas para fins comparativos.

**25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	2021	2020
Receitas de alugueis de bens patrimoniais	4.739	5.974
Receita venda matéria prima	4.034	2.317
Perdas cambiais com contratos de apostadoraria (Nota 18(a))	528	(1.051)
Plano de pensão médico (Nota 18(b))	5.661	(6.006)
Provisão impairment contas a receber	242	(1.069)
Garho (perda) em vendas de bens patrimoniais	(183)	(328)
Outras receitas e despesas, líquidas (*)	5.042	(118)
	<b>20.063</b>	<b>(281)</b>

(\*) Ganho referente nacionalização de ordens internacionais.

**26. Resultado financeiro**

	2021	2020
Despesa financeira	(1.817)	(5.573)
Empréstimo com partes relacionadas (Nota 29(f))	(16)	(16)
Juros contratos mútuos partes relacionadas (Nota 29(e))	(3.393)	(2.395)
Despesas bancárias	(33.849)	(536.398)
Perdas cambiais	(3.194)	—
Atualização de provisões jurídicas (Nota 29(b))	(7.303)	(2.878)
Juros arrendamento (Nota 12)	(170)	(312)
Juros empréstimo terceiros	(32.120)	(7.413)
Juros recebidos	(1.862)	(714)
Total da despesa financeira	(83.724)	(656.299)

Depósitos bancários de curto prazo

	2021	2020
Outras receitas financeiras	8.246	3.640
Depósitos bancários de curto prazo	731	195
Outras receitas financeiras	611	3.082
Ganhos cambiais com contratos a termo de câmbio	4.137	35.361
Ajuste a valor presente	886	219
Partes relacionadas (Nota 29(e))	8.440	24.477
Ganhos cambiais	23.051	386.901
Receita financeira	(60.673)	(169.398)

**27. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto sobre o lucro da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido se o lucro da unidade de negócio fosse ponderado. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro	258.524	(262.946)
Crédito/(débito) sobre prejuizo calculado com base em alíquotas da legislação (34%)	(87.898)	89.368
Despesas não dedutíveis	(4.574)	—
Ajuste transfer pricing (a)	(1.190)	—
Incentivos fiscais (b)	27.245	—
Exporço selic (b)	10.977	—
Ajustes de anos anteriores com base na ECF	—	(3.616)
Unificação base de cálculo do diferido	26.570	—
Outros ajustes	6.095	5.400
Débito (crédito) sobre lucro (prejuizo) fiscal calculado	(27.776)	91.152

(\*) A Companhia participa de planos de incentivos fiscais liberados pelo governo. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PDT), Programa Alimentação do Trabalho (PAT), Doações/Patrocinio de Caráter Cultural - Lei Rouffo, Fundo Amparo a Criança e Adolescente (FIMCAD), Doações e Patrocinio ao Desporto e Prorrogação de Licença-maternidade.

**Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL: (a) Transfer Pricing:** A Companhia possui discussões tributárias que se referem aos processos de Transfer Pricing no valor total de R\$ 800.600 em 31 de dezembro de 2021 e no valor de R\$ 584.000 em 31 de dezembro de 2020, decorrentes de diferenças nos ajustes de preços de transferência dos ano-calendários de 1997, 1998, 2003, 2006 e 2012 em diferentes fases de discussão na via administrativa e judicial. A administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os ajustes de preços serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de acate >50%), pelo seu valor total de, por esse motivo, não registrou qualquer provisão de IRPJ/CSLL em relação a esses processos. **(b) Não incidência de IRPJ e de CSLL sobre a atualização pela Selic na devolução de tributos pagos indevidamente:** Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou o mérito do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187, que fixou a tese do Tema no 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do IRPJ e de CSLL sobre os valores atinentes à atualização monetária pela taxa Selic reconhecida em razão de repetição de indébito tributário. A decisão, sob o sistemático de repercussão geral, foi unânime entre os ministros do STF. Embora o acórdão do RE julgado pelo STF, publicado em 16 de dezembro de 2021, não tenha transitado em julgado e restando à PGRN eventual interposição de embargos de declaração e modulação dos efeitos da decisão a RF, a decisão de mérito já foi favorável a todos os contribuintes, não havendo incertezas relevantes em relação ao mérito da questão que não estejam sob o controle das entidades. No que se refere à eventual modulação dos efeitos da referida decisão, outros julgamentos de temas tributários pelo STF indicam que provável que seja resguardado aos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até a data de 24 de setembro de 2021, o direito de restituir o IRPJ e a CSLL do período de 5 anos anteriores a data do ajuizamento da ação judicial, ainda que as entidades não tenham sua ação judicial transitado em julgado em 17 de setembro de 2021, a Novartis impetrou mandado de segurança objetivando questionar a incidência do IRPJ e de CSLL sobre a atualização monetária pela Selic de indébitos tributários sendo que em fevereiro de 2022 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos da ação para afastar a exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebida em razão da repetição de indébito tributário, e improcedente quanto ao afastamento da exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebida em razão de depósitos judiciais, indébitos previdenciários, e em relação à exigibilidade do PIS e do COFINS sobre a taxa Selic recebida em razão da repetição de indébito. Em março de 2022, foi protocolado recurso de apelação que aguarda desde então julgamento por parte do TRF da 3ª região. A Companhia entende que o direito à restituição do IRPJ/CSLL da referida ação judicial será provavelmente aceito em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de acate >50%), e por esse motivo, reconheceu, em 2021, os créditos de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 14.502,0, na linha de IRPJ e CSLL, em contrapartida a tributos a recuperar no longo prazo. A Companhia aguarda o trânsito em julgado de sua ação para o início do processo de restituição/compensação.

**28. Causas Judiciais:** A Companhia tem passivos contábeis relacionados aos ajustes judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. (a) A Companhia apresenta para fins de divulgação, os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às causas:

Depósitos judiciais	Provisões causas judiciais		
2021	2020	2021	2020
14.218	11.048	27.440	24.730
28.152	23.556	62.215	33.995
5	4	890	1.992
11.123	10.025	764	623
—	—	69	128
<b>53.498</b>	<b>44.633</b>	<b>91.368</b>	<b>61.459</b>

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2021	2020
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>		<b>53.398</b>
Adições	13.746	—
Baixas	(6.831)	—
Efeito da Cisão	—	(2.733)
Atualizações monetárias	—	6.878
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>61.459</b>
Adições	31.582	—
Baixas	(8.976)	—
Atualizações monetárias	—	303
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>84.966</b>

(c) Natureza das causas judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas civis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos. A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: • Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.719/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das vendas cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira. • Causas trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de antigos empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensações financeiras a partir dos desligamentos. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a demandas de antigos parceiros comerciais e reclamações de consumidores de produtos da Companhia. (d) Perdas passíveis, não provisionadas no balanço. A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como passíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não julgou necessário a constituição de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	2021	2020
Tributárias (i)	931.208	890.041
Cíveis	12.431	22.315
Trabalhistas	17.172	19.990
Outros	—	—
	<b>960.792</b>	<b>935.917</b>

(i) A Companhia possui discussões tributárias acerca da correta interpretação da legislação tributária brasileira, principalmente nos âmbitos federal e estadual, os quais se encontram em trâmite na esfera administrativa e judicial - principais processos referem-se a divergências de IRPJ e CSLL sobre ajustes de preço de transferência, cobranças corretas e supostos débitos (CMS, recolhimento PIS e COFINS sobre (CMS e tributação de receitas entendidas como sujeitas à incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

**29. Transações com partes relacionadas:** As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: